

Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação

Eixo 3 - Módulo 6 - Pedagogia Socioeducativa

Parte II

Otacílio de Oliveira

AULA 1

O texto que se segue visa pensar o contexto institucional como espaços de desenvolvimento de adolescentes e jovens. Para isso, entenderemos o conceito de desenvolvimento como um processo permanente que envolve todas as fases da vida, mas guarda especificidades em determinados ciclos. Nesse conceito, o corpo biológico não é um elemento isolado, mas se associa às expectativas sociais que marcam diferentes fases da vida e aos contextos de interação e instituições. Falar de adolescência ou juventude não pode se restringir a definir uma maturação biológica específica. É preciso nos atentar para as expectativas sociais que demarcam essa fase como um momento diferente. É também apostar na singularidade que marca cada jovem e emerge das negociações que fazem em cada momento nos diferentes contextos em que ele circula.

Essa proposta de pensar contextos de desenvolvimento não visa apresentar uma visão única ou totalizadora sobre como os adolescentes e jovens se desenvolvem, mas trazer elementos que julgamos indispensáveis para pensarmos as trajetórias no interior das instituições que fazem parte do mundo da vida. Iremos debater nessa aula, alguns apontamentos que emergem de alguns debates em psicologia como também aportes que partem do campo da educação preocupados em investigar o processo de socialização dos jovens.

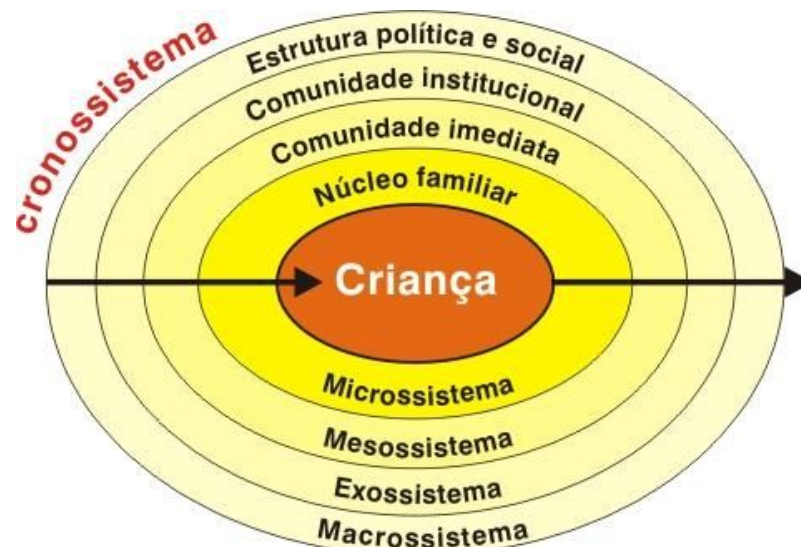
Assim, proporemos um enfoque psicossocial para pensarmos os diferentes contextos de subjetivação. Por psicossocial queremos marcar tanto a importância, por um lado, de demarcar o espaço singular e único dos adolescentes atendidos como também as condições institucionais e sociais que demarcam as trajetórias dos jovens e adolescentes. Desse modo, iremos contemplar perspectivas que discutem impactos da institucionalização com interface aos contextos relacionados às medidas socioeducativas como aquelas que abordam a sua intersecção com a escola. As especificidades desses contextos darão o enquadre para pensarmos como os jovens se vinculam ou não com as diferentes instituições. Por um lado, estamos atentos aos possíveis impactos que a institucionalização pode promover no seu público atendido, por outro, buscamos pensar

com esses espaços oferecem formas de vinculação ou demarcam identidades que passam a ser negociadas pelos jovens e adolescentes em seu interior.

Nos textos oriundos da Psicologia que tratam dos contextos institucionais, a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano tem sido uma importante chave de leitura. O destaque por essa teoria pode ser entendida por seu aporte sistêmico, ou seja, pelo fato de entender que o desenvolvimento se dá a partir da interação e interdependência de diferentes ambientes ao longo do tempo para as trajetórias individuais. Nesse sentido, os contextos institucionais nos quais crianças, adolescentes e jovens interagem e os valores sociais mais amplos são de suma importância para compreender como se processa o desenvolvimento. Tanto o aqui agora das relações face-a-face em que os adolescentes interagem (família, vizinhança, escola) como valores sociais (o que é considerado bom ou ruim, feio ou bonito, delinquência ou bom comportamento, etc) contam como elementos ativos para o processo do desenvolvimento. Por um lado, essa abrangência pode sugerir certa dificuldade teórica. Como poderíamos integrar todos esses princípios para compreender trajetórias específicas? Qual peso conferir ao papel da família e a escola frente às expectativas que nossa sociedade deposita sobre nossos jovens? De fato, é um desafio e tanto. Nesse aula discutiremos uma proposta que visa discutir de forma integrada esses diferentes elementos.

A interação da pessoa com o ambiente é caracterizada pela reciprocidade. A pessoa em desenvolvimento molda-se, muda e recria o meio no qual se encontra. O ambiente também exerce influência no desenvolvimento da pessoa, sendo este um processo de mútua interação (Bronfenbrenner, 1979/1996).

A Teoria Ecológica do Desenvolvimento delimita os diferentes contextos e os pensa em interação através de uma lógica sistêmica. Há diferentes níveis de influência no desenvolvimento e possibilidades de atuação dos adolescentes. Esses diferentes níveis se comunicam de forma que uma mudança em um nível tem consequências em outro. Para melhor visualizarmos o processo sistêmico do desenvolvimento algumas imagens cotidianas são úteis. É como se cada contexto para o desenvolvimento pudesse ser pensado como uma estrutura visualizada a partir de círculos concêntricos, como uma cebola cortada ao meio vista de cima. Nesse esquema, as relações face-a-face constituem o círculo interior e as exteriores apesar de influenciarem diretamente o desenvolvimento não estão em relação de direto acesso à pessoa. Para ficar mais claro, discutamos então como são denominados esses níveis de interação e como estes permitem pensar os contextos de desenvolvimento.



J Pediatr (Rio J). 2004;80(2 Supl):S104-10

Podemos pensar em um primeiro nível o **Microsistema**. Este nível é definido pelas experiências mais próximas ao indivíduo. Desde seu interior (como experiência de si mesmo e do próprio organismo) juntamente às relações diretas, face-a-face. É o ambiente mais imediato em que nos relacionamos pessoalmente. Nesse sentido, podemos dizer que a família, o grupo de amigos, os vizinhos com os quais nos relacionamos, a escola, o espaço em que as medidas sócio-educativas são cumpridas, todo esse conjunto de relações diretas podem ser entendidas como compondo o **Microsistema** para o desenvolvimento do adolescente. Este também pode ser entendido como as redes de apoio social e afetivo de que o jovem faz parte (Delaglio)

O segundo nível nesse esquema explicativo pode ser denominado **Mesosistema**. O **Mesosistema** pode ser entendido como a interação entre os diferentes microsistemas que os sujeitos fazem parte. Podemos compreender que ele também faz parte desse nível proximal, mas ocorre na intersecção dos contextos imediatos de interação. Como exemplo, podemos pensar a relação os espaços de cumprimento das medidas e sua relação com a família, a família e a escola, a escola e alguma instituição não governamental que a criança participe. *O microsistema e o mesossistema representam os ambientes cujos níveis de relação são proximais e suas influências são mais evidentes, sendo de crucial importância para os processos desenvolvimentais.* (Delaglio)

Apesar se constituir como um contexto próximo, os sujeitos não participam deste nível diretamente. O **Exossistema** constitui um contexto importante do desenvolvimento e tem implicações diretas na vivência dos adolescentes e jovens. O conselho Tutelar, as decisões do Conselho Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, a direção do sistema socioeducativo, reuniões privadas das equipes entre outros interferem diretamente na experiência dos adolescentes ainda que não participem diretamente.

Por último, agrupando todos esses sistemas temos o **macrossistema** que representa o nível do conjunto de valores de uma cultura ou de uma determinada sociedade que dão sentido a muitas de nossas experiências. Os nossos conceitos do que é ser jovem, homem, mulher, a própria ideia do que é considerado um crime e qual pena deve ser

aplicada, a idade penal, por exemplo, constituem valores mais amplos que tem consequência direta para o desenvolvimento dos adolescentes.

É importante lembrarmos que a metáfora da cebola e dos níveis que se encaixam não deve ser considerada como de menor influência entre o nível mais exterior e o sujeito do desenvolvimento, pois mudanças de valores sobre o que é a adolescência ou sobre a maioridade penal, apesar de estar em um nível macrossocial, têm consequência direta no cotidiano dos jovens. Por outro lado, as ações organizadas a partir de relações face-a-face como movimentos sociais e outras ações organizadas tem como influenciarem em mudanças de valores em um nível macrossocial. Além disso, o jovem não é refém de cada um desses níveis ou sua trajetória é apenas determinada por esses. A sua atividade, seus desejos e expectativas são constituídos de relações recíprocas, de escolhas e criatividade. A questão para atentarmos nessa aula é que diferentes contextos criam possibilidades ou constrangimentos na sua relação com os indivíduos.

As pesquisas sobre os contextos institucionais no interior dessa perspectiva têm privilegiado microssistemas de interação. É a própria instituição e sua rede de interações que é analisada. Nesse mesmo caminho, o artigo O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: uma Revisão de Literatura escrito por Siqueira e Dell'Aglio fazem um balanço entre o papel positivo e negativo de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.

Ainda que os abrigos tenham suas especificidades em relação ao processo sócio-educativo podemos pensar em paralelos que nos ajudam a pensar a situação do contexto das medidas sócio-educativas. Não apenas porque a medida também constitui uma situação de afastamento ainda que provisório dos contextos de desenvolvimento anteriores, como também as relações passam a ser mediadas por outros adultos num contexto relacional determinado pelo conjunto de regras e valores institucionais que passam a constituir a relação com os adolescentes. O fato de haver uma maior preocupação com os primeiros anos da infância para o desenvolvimento não significa que o adolescente está ileso de sofrer determinados impactos ou mesmo construir novas trajetórias a partir dessa experiência. A grande questão que se coloca é que tipo de vinculação a instituição oferece para a construção de novas possibilidades de identificação. É justamente nessa trilha que o processo sócio-educativo da medida deveria apontar. Por isso, uma pergunta que ronda seria qual o impacto da institucionalização para crianças e jovens? Seriam apenas negativos? Se a rede de proteção que envolve família e amigos é tão frágil por que a institucionalização seria pior?

Em relação à situação dos abrigos, os estudos têm apontado preocupação concentradas mais em questões assistências do que com questões relacionadas às especificidades da adolescência. Além disso, a falta de investimento nas interações microssistemicas como família-abrigo, abrigo-escola, rede de saúde-abrigo/Conselho Tutelar, abrigo/outra instituição que a criança ou adolescente frequenta não contribui para o fortalecimento das redes de apoio social. Problemas como falta de funcionários, sobrecarga de tarefas e pouca comunicação institucional tornam os atendimentos ineficazes para as necessidades da criança e do adolescente.

Por outro lado, Arpini (apud Dellaglio), identificou em adolescentes que passaram por abrigos uma concepção ambígua sobre própria experiência. Por um, lado os vínculos com

os amigos, a relação de cumplicidade entre eles foi extremamente valorizada. Por outro, a vivência de um estigma ao serem culpabilizados pela situação de abrigamento foi considerado motivo de muita dificuldade. Um outro (Altoé, apud Dellaglio) estudo sintetiza bem essa ambiguidade:

Ao estudar a representação que o ex-interno, na maioria, faz do período que passou abrigado, em instituição de grande porte e com funcionamento coletivizado, Altoé(1990) constatou que o relato foi marcado por ambivalências: uma idealização associada a duras críticas relacionadas às vivências negativas, tais como a falta de carinho e a falta de liberdade para conversar (

No tocante aos aspectos positivos da institucionalização esta pode ser entendida quando a instituição realmente se configura efetivamente como uma rede de apoio social e afetivo. A rede de apoio social e afetivo define como o indivíduo percebe seu mundo social,

como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer relações, como também os recursos que este lhe oportuniza frente às situações adversas que se apresentam. A ausência de uma rede de apoio social pode produzir um senso de solidão e falta de significado de vida (Samuelsson et al., apud Delaglio).

Nesse sentido, todas as pessoas que lidam com adolescentes sejam em relação à segurança ou em relação ao apoio assistencial ou psicológico passam a se constituírem como potenciais modelos identificatórios para esses jovens. A função protetiva e seu correlato afetivo são promovidos em grande parte pela qualidade dos vínculos constituídos na instituição. É justamente por isso que a instituição pode ter impactos positivos nas trajetórias juvenis, pois ela tem o potencial de indicar outras formas de vinculação. Por isso, reforça-se a necessidade reiterada em outros momentos desse curso de valorização dos profissionais que lidam diariamente com os adolescentes acautelados. Além de financeira, essa valorização deve oferecer espaços para a construção de saberes coletivos sobre a experiência de trabalho de forma a dar um lugar produtivo para o mal-estar que possa emergir nesse tipo de atividade.

Conforme Relatório da Resolução nº 67/2011 publicada em 2013 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sobre as instituições de internação ou semi liberdade do sócio educativo, mostra que o cumprimento das medidas socioeducativas, especialmente as restritivas de liberdade – internação e semiliberdade – está muito longe do modelo do ECA: *“os espaços que deveriam ser de ressocialização mais se assemelham a presídios e penitenciárias, com altos índices de superlotação, em alguns Estados, e pouquíssimas oportunidades de formação educacional e profissional”*

Na tabela abaixo, baseado no Relatório da Resolução nº 67/2011 publicada em 2013 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), apresenta a taxa de superlotação das unidades de internação para adolescentes. A taxa resulta do cálculo da diferença entre a capacidade da unidade e a quantidade real de ocupação. Por exemplo, se capacidade da unidade é de 100 internos e sua quantidade de ocupação é 200, significa que ela possui o dobro de internos, portanto sua taxa de superlotação é de 200 %. De acordo com a

tabela, apenas as regiões Norte e Sul não apresentaram superlotação. Sendo o caso mais crítico no Nordeste com quase o dobro de ocupação.

Região / UF	Quantidade de Estabelecimentos	Capacidade Total	Ocupação Total	Percentual de Ocupação (Superlotação)
Centro-Oeste	26	1.325	2.217	167,3
Nordeste	48	2.164	4.031	186,3
Norte	40	1.365	1.330	97,4
Sudeste	128	8.588	8.966	104,4
Sul	45	1.972	1.834	93,0

No entanto quando se observa por estado da federação, o relatório identificou superlotação em 16 deles. No que se refere à internação, há superlotação em dezesseis Estados da Federação, dos quais sete estão no Nordeste: Alagoas (324, 7 %), Bahia (128,6 %), Ceará (202, 8 %), Maranhão (458,9 %), Paraíba (202, 5 %), Pernambuco (181,1 %) e Sergipe (131,1 %). Na Região Centro-Oeste, constatou-se superlotação no Distrito Federal (123,7 %), Goiás (174, 8 %) e Mato Grosso do Sul (354,1 %); na Região Sul, no Rio Grande do Sul (101,5); na Região Norte, nos Estados de Rondônia (152, 3 %) e Acre (102,6 %), e na Região Sudeste, em São Paulo (104,1 %), Espírito Santo (106,3 %) e Minas Gerais (109,8 %).

No quesito salubridade, mais da metade das unidades de internação situadas no Centro-Oeste, Nordeste e Norte foram dadas como insalubres, assim consideradas aquelas sem higiene e conservação, sem iluminação e ventilação adequadas em todos os espaços da unidade. No Sul, 40% das unidades foram reprovadas no quesito salubridade. A melhor situação está no Sudeste, com o maior percentual de unidades julgadas adequadas no aspecto salubridade, 77,5%. Veja o gráfico abaixo também conforme o Relatório do CNMP de 2013:

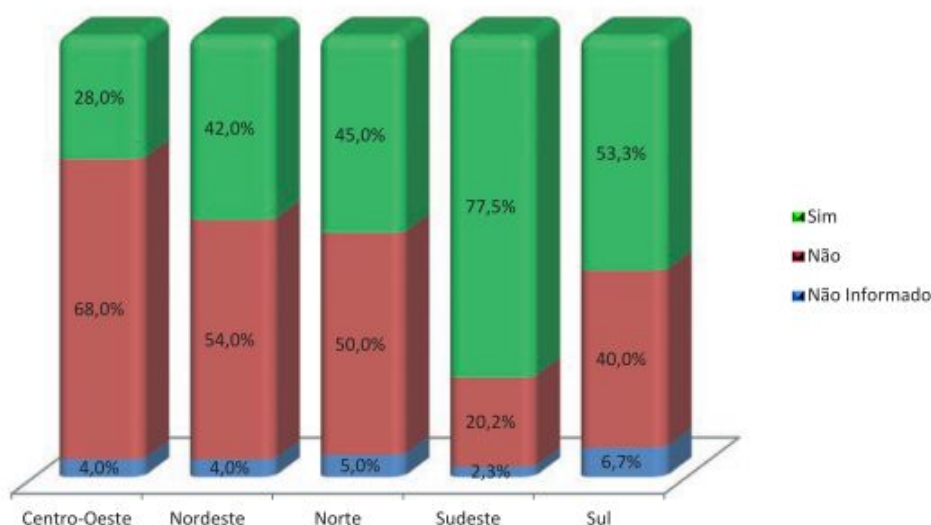


Gráfico 13: Salubridade nas unidades de internação. Regiões, 2013.

A situação mais crítica, com comprometimento das unidades por falta de higiene, conservação, iluminação e ventilação adequadas, foi verificada nos Estados do Piauí, Roraima, e Sergipe, onde a totalidade das unidades de internação visitadas foram consideradas insalubres. Na Paraíba, 80% das unidades foram avaliadas como insalubres, índice que em Goiás atinge 85,7%. No Pará, Rio de Janeiro e Mato Grosso, dentre as unidades fiscalizadas, 75%, 71,4% e 75% das unidades também foram reprovadas.

No trabalho intitulado *Notas sobre a Experiência de Vida num Internato: Aspectos Positivos e Negativos para o Desenvolvimento dos Internos* outra discussão importante para nosso trabalho foi realizada por Moraes, Leitão, Koller e Campos (2004). Tal importância radica no fato de que este estudo se concentrou na experiência adolescente e juvenil nos moldes de um internato, em um microsistema institucional que regula a maioria das experiências travadas naquele espaço. Assim esse estudo teve como objetivo compreender o impacto das instituições sobre os adolescentes quando estas determinam vários aspectos de suas vidas como os horários, a circulação nos espaços, alimentação, o vestuário entre outros.

Nesse texto um conceito importante para nosso curso é destacado, o de Instituição total. Dessa forma, o internato por se tratar de uma instituição total permite pensarmos diretamente a experiência de jovens institucionalizados no processo Sócio-educativo. O conceito de instituição total como bem recortado por esse estudo pode ser entendido como:

"um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" Esses espaços, dos quais outros exemplos são os hospitais psiquiátricos, as cadeias, as penitenciárias, os quartéis e os conventos, são caracterizados, sobretudo, pelo controle das necessidades humanas, estando os menores segmentos da vida dos internados sujeitos a regulamentos e julgamentos por parte da equipe dirigente.

Esse controle sobre todos os aspectos das vidas dos internos pode ter como consequência a reprodução de comportamentos apáticos e meramente reprodutivos em relação às regras institucionais. Por outro lado, como forma de rechaçar a negação da própria subjetividade produzida nesses espaços uma série de comportamentos podem emergir tentando salvaguardar minimamente o espaço de si, seja através de comportamentos agressivos, seja através de comportamentos autopunitivos.

A restrição da liberdade e a limitação do espaço pessoal e da posse de objetos fazem aflorar comportamentos que têm como objetivo confirmar a própria existência do internado. Trata-se, enfim, de modos de comunicação e expressão dos internados, os quais são também formas de auto-afirmação, que refletem a sua busca por uma identidade e servem para devolver a imagem de suas próprias habilidades, capacidade de desafio e do seu próprio poder (Pol, 1996). Nas palavras de Goffman (1974), os comportamentos rechaçados pelas instituições totais são todos expressões de "alguém que tenta separar-se do local em que foi colocado" (p. 248) e de um "santuário pessoal que tenta defender-se"

Todos esses comportamentos podem ser entendidos pela totalidade que a instituição ocupa na experiência individual não só pelo controle das regras e das condições de própria sobrevivência como da sua posse de objetos e espaços para individualidade que impedem o mínimo de expressão de desejos e estilos singulares de viver.

Ao avaliar os aspectos positivos a partir da vivência dos adolescentes o aspecto a ser ressaltado foi justamente a relação com os outros internos. Os vínculos de solidariedade, afeto e lealdade são considerados muito marcantes para os jovens entrevistados. Quanto aos aspectos negativos, curiosamente as relações de amizade também são identificadas. Nesse sentido, a própria proximidade extrema entre os internos e a falta de espaços de maior privacidade faz com que a qualidade da relação seja um elemento importante. Nesse sentido, é justamente a centralidade dos vínculos que ocupam um lugar tão central na experiência que pode ser considerada ao mesmo tempo boa e ruim para os internos.

Duas ressalvas são importantes. Não houve relatos contra a instituição estudada a não ser em relação ao espaço físico. Como o artigo não trata desse aspecto metodológico, podemos nos arriscar a dizer que o medo de punição ou de encarar o pesquisador como representante da instituição ao estar posicionado no mundo dos adultos pode indicar outras significações (positivas e negativas sobre a instituição de internato rural). Uma segunda ressalva refere-se a que esse é um contexto de internato. Nos espaços de acolhimento das medidas sócio-educativas alguns desses elementos podem ser agravados devido à faceta punitiva da própria instituição e da própria identidade anterior vinculada a delinquência dos adolescentes acometidos. Nesses espaços os vínculos de solidariedade tanto podem funcionar como resistência e auto-afirmação positiva dos laços de solidariedade como também reforçar o estigma e hostilidade entre os adolescentes e jovens.

A autora também nos chama atenção para o conceito derivado da Psicologia Ambiental destacado como hacinamiento que em português seria mais bem traduzido por aglomeração. Aqui, o destaque se dá para a própria restrição dos espaços e a impossibilidade de se escolher ou controlar quais interações são desejadas ou não. Nesse sentido, em espaços com superpopulação de internos conforme dados do Ministério público expostos acima, seria difícil a possibilidade de uma vivência mínima de privacidade o que aumenta a hostilidade entre os pares e situações de stress. Dessa forma, muitos jovens são considerados violentos pela instituição pelo baseado em seu histórico de descumprimento à determinadas leis. Muitas vezes o comportamento violento identificado não é um fruto de uma predisposição violenta do adolescente, mas das próprias condições de confinamento das instituições do sócio-educativo

De toda forma, a relação entre a sociabilidade dos adolescentes passa a ser negociada com o espaço institucional que possui suas regras próprias e exigem uma identidade juvenil que se comporte de acordo com as regras e valores da instituição. Assim, a identidade dos jovens pode ser vista como efeito da negociação que se faz entre a afirmação de singularidades e desejos diversos frente uma identidade esperada pelo conjunto de profissionais e expectativas sociais que se cria em torno dos internos, principalmente quando este é entre outras coisas, considerado um delinquente.

Nesse panorama a pesquisa de Paulo Nogueira *Juventude: entre a Indisciplina e a Zoação* é uma excelente ferramenta para pensarmos o conflito que se dá em espaço como a sala de aula a partir na negociação entre subjetividades e identidades dos jovens frente aquelas que a escola espera como identidade um bom aluno. O autor nos traz uma perspectiva psicossocial bastante útil para analisarmos a vinculação de adolescentes e jovens a contextos institucionais uma vez que coloca a relação entre socialização e sujeito como forças em tensão. Nessa perspectiva não há uma harmonia entre aquilo que uma sociedade e suas instituições esperam e aquilo que os sujeitos de fato desejam e vivem. Por um lado, as normas sociais auxiliam e dão sentido a nossa experiência, por outro, os sujeitos simplesmente não se encaixam perfeitamente a essas normas, mas as negocia, as articula a partir de sua experiência.

Para SIMMEL há uma inadequação entre esses dois pólos e que pressupõe uma orientação de que o indivíduo não se encontra nunca completamente socializado. Restando, portanto uma inadequação entre subjetividade e objetividade social a trazer à cena uma subjetividade atuante e rica a estranhar-se e estranhar a ordem e a exigir dela novas formas sociais que a contemple.

Esse processo de negociação ajuda a pensar o equilíbrio tênue de manutenção de enquadre entre as normas e os sujeitos que permite a possibilidade de vivência coletiva na instituição.

O fenômeno da *zoação*, tão cara á experiência de adolescentes e jovens, aparece como um mediador importante dessa tensão entre adesão à identidade esperada pela instituição e as formas de identificação que ele já possui ou constrói junto ao grupo de pares. A zoação aparece como estratégia (ainda que não consciente) para não perder a própria expressão da subjetividade sem romper totalmente as regras institucionais cobradas pela escola. Aí, está posto um conflito entre identidade que a instituição espera do que é ser aluno - a identidade discente representada pela concordância às regras do ser aluno (se comportar em sala de aula, prestar atenção, estudar para as provas, realizar os trabalho) -versus a identidade vivenciada pelos estudantes. Nesse sentido, está posto por um lado, o desejo de sociabilidade dos adolescentes e seus processos de compartilhamento de desejos e formações grupais e, por outro, o enquadre as regras institucionais. A zoação aparece como principal elemento de vinculação e regulação da experiência.

Os alunos sabem disso e orientam sua ação tendo em vista permanecerem adequados ao Frame relevante para a docência, pois só assim inserem-se adequadamente nos processos escolares e, simultaneamente, buscam atender as normas gestadas pelos jovens em sua convivência. Essas normas apontam para outras modalizações do Frame da sala de aula a revelia das regras escolares. É justamente nessa situação que se expressa a zoação como capacidade dos alunos moldarem a cena e negociarem estrategicamente a sua pertença ao Frame anterior. Sendo assim, eles buscam permanecer alunos e se integrar às lógicas escolares e, concomitantemente, alterarem esse pertencimento na recusa da integração em um posicionamento mais subjetivo.

Zoar é a capacidade que o sujeito tem de permanecer como aluno sendo jovem.

Como destaca Nogueira (2006) diferente do professor que considera o bom aluno aquele que cumpre as regras esperadas pela instituição, na perspectiva dos adolescentes e jovens, o bom aluno é aquele que consegue atender ao mesmo tempo essas exigências aparentemente excludentes: manter-se integrado às regras escolares e ao mesmo tempo ser fiel às normas do grupo através da zoação.

Dessa forma, aquilo que a instituição entende como identidade dos adolescentes e jovens é apenas um efeito de uma negociação entre o que esta espera e o que eles estão dispostos a negociar. Principalmente num contexto punitivo, os mecanismos institucionais tentam todo custo impedir a emergência de aspectos e singularidades que apontem para facetas complexas dos adolescentes e jovens. Eles precisam confirmar durante todo o tempo a identidade esperada sob risco de ser punido.

AULA 2

Na aula anterior discutimos como pudemos pensar o desenvolvimento de adolescentes e jovens a partir de concepções que dão grande importância aos contextos nos quais os jovens se inserem. Como vimos, isso não significa a negação da subjetividade dos jovens, ou seja, seus desejos e experiências anteriores, nem aposta de que somos exclusivamente determinados por ambientes e grandes classificações coletivas. No entanto, reafirmar a importância do contexto em relação ao conjunto de medidas sócio-educativas é de suma importância uma vez que este tem o poder de alterar as formas de classificação sobre os jovens (passa a ter uma identidade institucional de interno, acautelado, delinquente entre outros) bem como a condição institucional causa impactos a partir das condições do ambiente. Tamanho das unidades no regime fechado, quantidade de adolescentes por unidade, alimentação, iluminação, autonomia para execução de atividades mais singularizadas entre outros foram discutidos

No interior dessas proposições anteriores apresentamos a Teoria Ecológica do Desenvolvimento como um dos aportes que nos ajudam a pensar essa relação entre subjetividade, contexto e desenvolvimento. Nesse sentido o foco principal foi no microssistema, ou seja, no ambiente imediato em que o adolescente se desenvolve. Não abordamos a interação entre microssistemas (família e instituição, por exemplo) mas o contexto imediato, nesse caso, o jovem no interior de uma única instituição.

Nessa aula abordaremos contextos mais amplos do desenvolvimento que nos permitem pensar tanto o mesossistema em que os jovens estão inseridos (a relação entre diferentes microssistemas), mas principalmente a inserção nos exossistemas e macrossistemas, ou seja, nos contextos que parecem não ter uma relação direta com o desenvolvimento pela aparente distância de adolescentes e jovens da sua ação mas que possuem uma papel preponderante na sua circulação e possibilidade de atuar de forma

mais ativa nos seus diferentes espaços. Estamos falando dos territórios, dos espaços em que a sociabilidade se dá, nos recortes que nos abrem possibilidades de vinculação, mas também as fecham.

Aqui entra os recortes como a casa e a rua, a cidade que se fragmenta entre o centro, a periferia e a favela, os espaços rurais que se dividem entre o “ficar e o sair”, entre a vigília sobre os mais novos e autoridade paterna. As hierarquias desses espaços em que os jovens estão inseridos, a possibilidade de participar de territórios diversos ou heterogêneos ou viverem enclausurados em lugares de homogeneização e confinamento são elementos importantíssimos para pensarmos como podem se processa o desenvolvimento dos adolescentes e jovens para fora da instituição.

Primeiramente iremos discutir como a cidade se apresenta a adolescentes e jovens. Em seguida discutiremos sobre a circulação de jovens pobres em favelas ocupadas pelas UPP's. Mais que uma crítica ao processo de ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora, queremos mostrar como se dão as possibilidades de circulação e apropriação do espaços por adolescentes e jovens, e como estas alteram as possibilidades de sociabilidade. Nesse sentido, o espaço que muitas vezes se invisibiliza na nossa experiência subjetiva torna-se visível quando seus recortes são alterados neste caso por uma intervenção repentina do estado. Quando por algum motivo esse espaço é subitamente alterado as relações que sustentam neles são também alterados. Por isso, a possibilidade de mobilidade é um tema tão importante para nós.

Começamos então a pensar como a cidade se apresenta para nossos adolescentes e jovens. No artigo *A Cidade, a Criança e o Jovem: Des-mapeamento Cognitivo ou Desarticulação Social?* a professora Lúcia Rabello de Castro discute como a cidade se apresenta para crianças e ¹jovens. A sua primeira observação que será base para sua argumentação subsequente é a de que a criança e o jovem de saída não participam da construção do espaço urbano.

Mais do que qualquer outro grupo sócio-etário, as crianças, e menos, talvez, os jovens, inserem-se numa situação singular de “privação urbana”, seja pela condição de estranhamento frente à “obra” da qual não tiveram participação, seja pela condição de parcialidade inexorável de onde re-significam a espacialidade urbana. Deste modo, pode-se questionar como sua experiência na e da cidade nos indica caminhos para compreender a especificidade da relação do sujeito contemporâneo a partir de sua constituição na cidade.

A extensão das grandes cidades e sua constante transformação mantêm os sujeitos numa posição de estranhamento. É como se fosse cada vez mais difícil dar um sentido único sobre o que é a experiência de estar na cidade. Ela se apresenta de modo fragmentado dificultando a vivência de uma sensação de conforto. Para crianças e jovens esse caráter fragmentário e externo da cidade as coloca num posição de maior fragilidade. As apostas na socialização das crianças têm sido feitas justamente no isolamento o que permite uma apreensão ingênua ou pouco contextualizada do universo urbano. É notória ad tentativa de manter crianças sempre dentro de casa, uma vez que a

¹ Nesse texto, não há distinção entre adolescentes e jovens.

rua seria o primeiro passo para sua perdição. Além disso, a própria aglomeração do espaço urbano, que resulta no fim de áreas livres em que o pedestre pode circular tranquilamente, bem como o privilégio da circulação de veículo vai tornando os espaços públicos cada vez mais hostis a presença humana

Juntamente com a extensão e a fragmentação da cidade que dificulta a construção de um mapa cognitivo e afetivo estável, a força dos interesses econômicos e políticos impostos “de cima para baixo” tem intensificado a sensação de estranhamento do espaço urbano através da criação de lógicas da diferença. Essas lógicas podem ser entendidas pela maneira com que regras de condutas são fixadas para diferentes espaços. Como casa e rua, os espaços de diversão versus os de circulação entre outros. Outra lógica da diferença que se impõe refere-se ao interesse imobiliário que subitamente valoriza áreas e leva a expulsão de seus moradores mais pobres.

Assim, mudanças repentinas na referencialidade espacial do sujeito podem acontecer redefinindo radicalmente os territórios e as relações sociais que emergem ao longo deste processo

A cidade apresenta a vivência de múltiplas lógicas espaciais num espaço de inúmeras fragmentações: de classe, raça, interesse imobiliário, quantidade de espaço público, verticalização das moradias e privilégio de circulação de veículos. Somos apresentados a um ambiente labiríntico, dificultando o conhecimento que dele se pode obter. Isso gera situações de angústia e tentativas de fazer frente a esse processo. Por um lado, temos o reforço da valorização da localidade (do bairro, da comunidade) o que permite lidar com situações estranhamento, como por outro, a esforço de circulação através dos carros e transportes públicos também se torna alívio na medida em que cortar a cidade e se deslocar com maior rapidez diminuiria essa sensação de descontrole.

No entanto, o grande problema é que diferentes grupos sociais tem diferentes possibilidades de deslocamento no interior da cidade. Mesmo no interior das classes mais pobres que possuem limitações no deslocamento, seja pela distância ao trabalho, a falta de transporte público ou de carro próprios, as crianças e jovens possuem possibilidades mais restritas de deslocamento. São muito mais alocadas, colocadas em espaços determinados por adultos. O problema é que esses espaços geralmente são espaços restritos, locais homogêneos que impedem o contato com a complexidade do espaço urbano. Passar o todo o dia num cercado, o dia todo dentro de casa ou apartamento, estar sempre na casa da avó entre outros,

Além disso, o consumo tem pautado as possibilidades de apropriação do espaço. O Shopping Center tem sido o único monumento de circulação autorizada para muitas adolescentes e jovens. No entanto, em vez de possibilitar um contato mais enriquecedor com a pluralidade da cidade este tem se configurado com um espaço também homogeneizante. Nesse contexto, a via do consumo tem sido objeto de identificação, como possibilidade de se sentir igual frente às diferenças que a cidade produz. Essa tentativa de ser incluído e estar entre iguais cria uma série de hierarquias espaciais e identitárias. Nesse sentido, o diferente, o outro, a outra tribo, muitas vezes é intolerada através inclusive de violência,

A cidade contemporânea parece ter trazido à tona a figura do inimigo. O inimigo estaria encarnado por todos aqueles que justamente não pertencem ao grupo dos iguais, ao um que se torna o grupo que inclui os supostamente idênticos, e exclui os diferentes. Este processo parece assumir uma radicalidade assustadora, quando se leva em consideração a violência real ou presumida com que os grupos se referem mutuamente. Em que pesem todas as boas considerações sobre o problema da violência urbana, dentro de uma perspectiva estrutural, parece que uma complementação desse ponto de vista pode ser alçada a partir de como o sujeito contemporâneo, e mais especificamente a criança e o jovem de hoje, buscam reconhecimento e participação na espacialidade des-territorializante da cidade.

Dessa forma, a cidade se apresenta como um ambiente hostil reforçado pela homegeinização promovida pelo confinamento das crianças e jovens ou através do consumo que reforça identidades e comportamentos homogêneos através de sua produção em massa.

Ainda que esta lógica perpassa crianças e adolescentes de diferentes segmentos sociais, precisamos nos atentar sobre como adolescentes mais pobres vivenciam o espaço como suporte de sua sociabilidade. Além disso, para além do confinamento das crianças e jovens, precisamos pensar um outro confinamento derivado das hierarquias de classe e raça. Esse confinamento podemos entender como guetificação. Como a manutenção de diferentes grupos sociais em determinados espaços da cidade. Nesse sentido, sobre jovens negros e pobres lhes pesa tanto a pouca autonomia em relação a sua circulação no interior da família como a própria cidade que seja através da violência do estado (como as recorrentes batidas policiais) ou em relação aos olhares e comportamentos que os colocam sempre na posição de suspeitos. Quantas vezes vemos jovens negros circulando por espaços centrais da cidade muitas vezes usando estilo de vestir próximo ao Hip_hop e somos tomados de medo. Que olhar a cidade devolve para esses jovens quando estão fora de suas quebradas? É justamente diante desse conjunto de experiências que as autoras Heilborn, Faya e Souza do artigo *Juventude e Sociabilidade em um "território pacificado" no Rio de Janeiro: diversidade de experiências e seus marcadores sociais* ajudam-nos a pensar.

Com a ocupação das favelas pelos policiais sobre qual categoria social pesa mais a vigilância e o controle sobre a circulação? Quem são aqueles vistos com maior desconfiança pela polícia? Nesse sentido, a ocupação pelas UPP's determinou novas possibilidades de circulação para jovens no interior dos territórios ocupados. Os horários, as possibilidades de fazer festas, andar em grupo, acessar espaços de lazer foram bastante alterados. Não apenas para aqueles jovens que teriam alguma relação direta com o tráfico de drogas, mas a todos os jovens que a priori são identificados como possíveis colaboradores. Por conta disso, os autores reforçam a necessidade de reconstrução dos olhares que se lançam sobre a favela uma vez que esta não é uma unidade homogênea como muitas vezes é reforçado por diferentes discursos, bem como seus jovens são múltiplos e heterogêneos. Dessa forma, os processos de ocupação terão diferentes conseqüências sobre os diferentes jovens desses espaços:

Os discursos midiáticos sobre os jovens moradores desses locais pacificados desenvolveram uma mirada homogeneizante e simplificadora.

Desconstruir e desnaturalizar a categoria “jovens” é imperativo; trata-se portanto de analisar as diversas experiências que os processos de pacificação produzem através de perturbações cotidianas, modificando práticas de sociabilidade e gerando expectativas diferenciadas dentro do grupo “jovens”.

Nesse texto, precisamos voltar nosso olhar para a relação entre espaço e sociabilidade, para a forma como as redes sociais estão relacionadas com as possibilidades diferentes de circulação. Principalmente em relação aos mais pobres, os espaços da rua, da esquina, do trânsito entre as casas dos vizinhos são espaços de sociabilidade. Nesses espaços se dão as possibilidades de vivência não apenas de solidariedade, mas também do lazer.

Os autores nos chamam a atenção para a dificuldade de avaliar de forma geral os efeitos das Unidades de Polícia Pacificadora uma vez que seus efeitos são complexos e tem um sentido diferente para as diferentes categorias sociais que fazem parte do espaço. No entanto, se torna claro o efeito geracional que esta política tem alcançado.

A “juventude” aparece como a principal “vitima” das mudanças introduzidas pela Upp no território, notadamente pela sua presença e controle constante nos espaços de sociabilidade, em concordância com outros trabalhos sobre o tema (CECHETTO ET AL. 2013; CORRÊA, 2013).

Uma das formas de se compreender a sociabilidade de adolescentes e jovens é pensar na sua progressiva conquista de novas possibilidades de circulação. Nesse sentido há um maior afastamento dos espaços privados e domésticos para uma maior ocupação do espaço da rua, das praças e de outros equipamentos urbanos, principalmente pelos meninos. Essa nova ocupação relaciona-se ao fortalecimento dos grupos de pares, melhor dizendo, das turmas de amigos que passam a terem um lugar de centralidade na vivência dos adolescentes. Nesse sentido, o afastamento da família (ainda que esta não perca sua importância) para o grupo de amigos está numa relação direta do afastamento dos espaços privados e doméstico para os espaços públicos das ruas. Não podemos deixar de notar que há clara demarcação das desigualdades de gênero nessa conquista dos espaços. As meninas tendem a manter-se mais próxima dos espaços domésticos e os seus espaços de circulação são mais limitados.

Colegas e amigos se tornam fortes referências de validação e reconhecimento dos sujeitos, “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros” (PAIS, 1993:96). Assim, cada vez mais, desempenham um papel significativo na orientação de suas condutas.

Nessa busca por expandir suas experiências e construir uma identidade para além do grupo familiar, a família perde relativamente importância frente à opinião de outros jovens com quem o adolescente convive.

A ocupação dos territórios pela polícia alterou os itinerários dos jovens. Seja pelas batidas seja pela extinção de locais de lazer disponibilizada por setores do tráfico de drogas. A impossibilidade de ficar reunido no portão de casa conversando até mais tarde e a interferência nas festinhas privadas foi o aspecto de maior incômodo na fala dos jovens.

Percorrer as ruas tarde da noite também se tornou um objeto de suspeita. Por outro lado, a implantação de ONGs e projetos sociais têm possibilitados outros espaços de sociabilidades. Muitas vezes, os adolescentes aproveitam esses espaços como um ponto de encontro no qual se prolongam uma vez que estão protegidos da interferência no seu controle, seja por adultos, seja por policiais.

O controle policial que inicialmente deveria ser focado nas ações de combate ao tráfico se sobrepôs ao longo do tempo a circulação das populações jovens no territórios ocupados. O Esse controle sobre o território fez com que muitos jovens buscassem outras comunidades ara exercer o seu lazer. No entanto, essa possibilidade de circulação é restrita aos jovens mais velhos e com maior poder aquisitivo, mesmo assim, muitas das vezes não possuem autonomia para uma circulação mais distante do espaço familiar².

Independente da justeza ou não das forças de ocupação, é preciso destacar a desconsideração das dinâmicas próprias a sociabilidade das favelas ocupadas que passaram a ser julgadas por outros padrões de sociabilidade. Além disso, descartou-se a possibilidade de que muitas mudanças também são desejáveis aos moradores ,no entanto, em vez de impostas, poderiam ser construídas a partir do diálogo e da mediação.

Observou-se uma forte insatisfação impulsionada pelas medidas de austeridade quanto aos hábitos dos moradores da área. Com a entrada das chamadas “forças de paz”, implantou-se uma reordenação do território, segundo os critérios de padrões tidos por mais civilizados. Entretanto, a imposição de novos hábitos não considerou a dinâmica da vida cotidiana nas comunidades sem ponderar possibilidades de reordenar a vida social de modo mais mediado mais civilizados.

De forma geral, podemos dizer que esse artigo nos ajuda a entender, não apenas as formas de funcionamento de uma determinada política pública mas como a possibilidade de circulação e a vivência dos espaços da rua são importante para adolescentes e jovens.

Castro (2006) partiu de princípios similares para o entendimento da condição juvenil no campo. Nas etnografias realizadas pela autora, ser jovem significa ocupar um lugar de subordinação no interior de uma hierarquia de gênero e geracional que se reflete na divisão do trabalho agrícola em diferentes formas de inserções e participação na sociedade. Nesses estudos, a hierarquia interna à família foi fortemente associada a relações de poder em que mulheres e jovens ocupam posições de inferioridade

² Como nota a autora, é preciso relativizar algumas falas no seguinte sentido: Não obstante, ainda que a tensão entre a polícia e os jovens apareça nos discursos desse informante e dos demais como bastante tensa, é preciso ponderar sobre a ênfase dada nos discursos apenas às transformações negativas promovidas pela UPP nas comunidades. Pode-se aventar que o sentimento de descontentamento exacerbado e a tendência a dicotomizar o passado recente/melhor e o presente/pior, em alguma medida, resultem da relação de proximidade e distanciamento com os agentes no poder. Proximidade no que tange ao fato de alguns desses jovens possuírem relações de parentesco ou amizade com integrantes da facção criminosa que dominava suas comunidades. Cabe enfatizar que isso não significa dizer que esses jovens fossem coniventes com grupos criminosos ou que considerem legítimo seu domínio sobre esses territórios. Trata-se de considerar que, para esses rapazes e moças, as práticas e regras do “movimento” são familiares e, portanto, compreensíveis e previsíveis; enquanto as práticas policiais são percebidas como arbitrarias (MACHADO DA SILVA E LEITE, 2007)

submetidas à figura do chefe de família. No trabalho, os jovens encontravam-se subordinados à orientação dos pais agricultores e geralmente não contavam com o reconhecimento social de um agricultor adulto. Seu trabalho era qualificado como condição de ajuda mesmo quando trabalhavam tanto quanto os homens adultos. Estabelecer rumos, gerenciar e tomar decisões eram *“esferas que se tornam fragmentadas pela autoridade atribuída a essa figura masculina”* (Castro, 2006, p. 254). Além disso, os jovens estariam expostos a um intenso controle a partir do qual seriam muito vigiados, com destaque para as relações entre rapazes e moças. Todos esses mecanismos, de desvalorização do trabalho, de *redes de vigilâncias* sobre os jovens, sendo estes vistos como pouco confiáveis, podem ser entendido, como propõe Castro (2006), como mecanismos de *autoridade paterna*, tendo como principal foco as jovens, excluídas dos processos de produção agropecuária, da sucessão da herança e dos espaços de decisão.

Dessa forma, juventude rural seria uma categoria singular para perceber como se dão as relações de poder no campo e as disputas e conflitos envolvidos na sua construção. Além disso, a migração rural-urbana, um problema comumente associado aos jovens rurais, torna-se um elemento fundamental para compreendermos a especificidade dessa condição juvenil. A migração seria o elemento central que aglutinaria os dilemas da juventude do campo.

Nesse contexto, a autora aponta à necessidade de se repensar a idéia de sair e ficar como movimentos definitivos dos jovens e observá-los, a partir das múltiplas formas em que se apresentam, podendo significar estratégias familiares de manutenção da terra, ou mesmo de se afastar da autoridade paterna. Diante da importância da unidade familiar para se pensar as estratégias de saída e de permanência, essa autora chama a atenção para dois aspectos. Por um lado, a migração seria concernente a dificuldade de reprodução econômica na agricultura familiar. Por outro, ainda que sofra implicações das dificuldades econômicas, estaria havendo uma mudança nas relações de poder que se organizam sob o modelo da autoridade paterna, o que tem indicado que o êxodo também pode significar um rompimento com o controle e a vigília que os jovens vivenciam, o que seria realçado pela migração juvenil feminina, pois as jovens estariam mais expostas a essa forma de regulação. O dilema do sair e o ficar apontaria para as dificuldades enfrentadas na luta pela terra e para as tensões na organização da hierarquia familiar.

Nesse sentido, precisamos construir estratégias para que o campo seja um espaço de direitos diversos para aqueles que almejam construir suas vidas nesses lugares. Diante da fragilidade da agricultura familiar frente a outros modelos de desenvolvimento agrícola como o par latifúndio-agronegócio, precisamos dar condições aos pequenos agricultores, mas entendendo a especificidade dos contextos e as opções e constrangimentos que se colocam para juventude. O risco é que, diante da defesa da agricultura familiar, ou de um modo de vida camponês, homogeneizemos o escopo das possibilidades juvenis e não levemos em conta a legitimidade de seus projetos. Mesmo descortinando a subordinação vivenciada pelos jovens no campo, podemos cair no mesmo erro ao pressupor de antemão o projeto a ser seguido. A construção de uma relação de identidade entre migração juvenil e crise da agricultura familiar ancorada em estudos acadêmicos e ações institucionais podem gerar novas formas de controle e subordinação que, em primeira instância, estariam a serviço de discursos democráticos.

AULA 3

O artigo de Mónica Franch intitulado *Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife* **auxilia-nos a pensar a relação que os jovens de periferia estabelecem no seu tempo livre. A importância de se atentar para o tempo livre radica no fato de que são majoritariamente nesses momentos que as formas de sociabilidade juvenis se desenvolvem. Para além do espaço da escola da família ou do trabalho, sempre mediados de forma direta pela intervenção de adultos, no tempo livre são construídos grupos e atividades mais próximos aos desejos e expectativas dos jovens. São tempos de invenção de si mesmo em que a amizade, os relacionamentos amorosos e as descobertas se dão e passam a ter centralidade na vida dos jovens.**

Franch destaca a recorrência da temática da violência em pesquisas voltadas para a experiência dos jovens pobres. Em decorrência desse olhar insistente incorre-se indiretamente na culpabilização dessas populações uma vez que estes grupos seriam identificados a um potencial exercício da violência desconsiderando outras facetas de sua sociabilidade. Nos últimos anos, para fazer frente a essa visão pejorativa que pesa sobre a diversidade da juventude pobre, diferentes estudos tem focado em outras experiências principalmente aquelas voltadas para o exercício de atividades culturais e de produções artísticas como o rap e o funk. Facetas essas que são desconsideradas quando o jovem é identificado como delinqüente, como se toda a sua sociabilidade e interesses estivessem voltados apenas para essa identificação.

Esse esforço de desassociar a experiência juvenil da violência tem constituído um acúmulo importante de produções científicas. No entanto, no interior dessa produção também se tornou recorrente o foco apenas naquelas atividades, sejam artísticas ou de cunho político, de maior visibilidade que extrapolam seu cenário local. Melhor dizendo, o foco recaiu-se naqueles jovens com maior protagonismo no interior das comunidades e que tiveram sua atuação reconhecida por diferentes instituições da sociedade civil e do estado. Se por um lado, a visibilidade dessa atuação desloca o foco da violência, por outro, mantêm invisíveis aquelas atividades cotidianas, simples, que grande parte dos adolescentes e jovens de fato fazem, que também se matem invisíveis por estarem muitas vezes associada à carência ou a alienação. No entanto, olhar para esse cotidiano permite compreender de forma mais equilibrada as formas de sociabilidades dos jovens pobres.

Dessa forma, a autora focou seu estudo nessas atividades corriqueiras muitas vezes deslegitimadas, mas que ocupam de fato o tempo livre da maioria dos rapazes e moças de origem pobre,

Buscando enriquecer o debate sobre juventude, o foco deste trabalho desloca-se para as práticas recreativas que envolvem jovens de periferia no seu cotidiano, atividades estas fortemente inseridas nas redes de parentesco, amizade e vizinhança, que nos permitem compreender aspectos importantes da vivência desse grupo social, como as relações de gênero e entre as gerações, as lógicas de sociabilidade e os processos de criação de identidades locais. (Pg)

Para fazer frente a essa insuficiência Franch propõe três classificações das principais atividades realizadas por esses jovens: o jogar conversa fora, o bate-bola e os espaços formais de lazer.

O *jogar conversa fora* seria obviamente o espaço do bate-papo. É nele que se desenvolvem visões de mundo através da partilha de significados e dos laços de cumplicidade criados. Diante das distinções como amigo, colega, aquele que “não dá pra andar” e mesmo possíveis inimigos, os adolescentes e jovens se situam num universo de relações complexas com o intercruzamento de diferentes lógicas sociais. Nas escolhas que se fazem em com quem “se pode colar” e nas conversas que se desenrolam nas fofocas sobre o comportamento alheio diferentes pertencimentos e lógicas sociais vão sendo negociadas -aquilo que se retém como valores da família, dos adultos e outras instituições que os jovens possam participar e os interesses específicos dos grupos de jovens.

Nessa negociação entre valores sociais mais amplos e a sociabilidade juvenil precisamos destacar como as hierarquias de gênero são reiteradas. Principalmente quando falamos de jovens pobres precisamos destacar que a base de relações é local, ou seja, formada nos bairros, junto à vizinhança e às relações de parentesco. Nesse universo de relações pode se perceber uma clara delimitação de gênero. Os rapazes circulam com maior liberdade no espaço público das comunidades e vêm de forma pejorativa a associação de homens ao espaço da casa. Quem fica demais em casa, “na barra da saia da mãe” está distantes dos lugares mais valorizados dessa hierarquia. No caso das moças seu tempo livre e suas formas de lazer são limitados pela vigilância que se estabelece sobre elas, sobretudo controlado pelo papel da fofoca. As moças vão ganhando maior circulação com o aumento da idade mas sempre associado a espaços próximos da casa e sobre algum tipo de supervisão de adultos. O ganho de maior liberdade e possibilidade de amizade com os meninos é interrompido muitas vezes pelo casamento que imprime a necessidade de uma volta para o padrão anterior, ou seja, de restrição na circulação do espaço público e limitações nas amizades com outros homens.

Em relação aos meninos, apesar da maior circulação, as amizades são também vigiadas. Com quem você anda é visto como um certificado de qualidade e de confiança que as pessoas podem depositar em você. Geralmente jovens envolvidos com atividades ilícitas procuram se associar com jovens de outras comunidades para não serem mal vistos. Nesse sentido, a autora nos chama a atenção para um muro invisível que se estabelece em relação a jovens mal vistos, perdendo assim as redes de solidariedade naquele espaço. Desse modo,

O isolamento a que vão sendo submetidos os jovens “errados” faz parte dos esforços que as pessoas “certas” empreendem no sentido de diferenciarem-se do perigoso mundo da margem. Tem-se a sensação de que elas erguem uma fronteira simbólica separando, no mínimo no plano ideal, o “nós” dos “outros”. Muitos jovens, de ambos os sexos, relataram ocasiões em que teriam sido impedidos de continuar tendo amizade com determinadas pessoas que ostentavam a fama de serem “erradas”, ora através de proibições verbais (os pais “empatam” com alguém), ora por medidas mais

drásticas, incluindo agressões físicas e o afastamento temporário da comunidade quando os pais acreditam que a vida do filho corre perigo

Notícias do envolvimento de adolescentes com atividades ilícitas e de atos violentos vitimando rapazes e moças expõem o sucesso parcial de tal estratégia, constantemente ameaçada pelo fascínio que pode exercer o estilo de vida dos “marginais”, construído na transgressão, na intensidade, na ostentação. Entretanto, a interiorização dessa fronteira simbólica, determinando uma forte rejeição moral ao mundo da marginalidade, leva a maioria dos jovens a adotar, por si, estratégias para evitar “gente errada” nos seus círculos de amizade. pg

Destaca-se assim uma série de negociações nas redes de sociabilidade juvenis que indicam que estas se integram a diferentes lógicas de sociabilidade que se dão no interior das comunidades pobres. Nesses espaços, o público e o privado não possuem uma delimitação distinta, mas se apresentam de forma indissociada. Dito de outra forma, não existe uma divisão tão rígida entre casa e rua como em outros espaços de maior poder econômico. As pessoas vivem e se encontram tanto nas ruas como em suas casas, estas últimas sempre abertas para aqueles com os quais se possui vínculos. Dessa indissociação resulta que os jogos, as brincadeiras ganham um destaque importante.

A ocupação das ruas é mais uma expressão da maneira pela qual os moradores de periferia se relacionam com o lugar onde moram. Como já foi sugerido, o bairro constitui um espaço ao mesmo tempo público e privado, qualificado pelo cruzamento cotidiano das trajetórias, pela existência de redes de parentesco, amizade e vizinhança. Por isso, o estilo de vida coletivo nas periferias encontra-se fortemente inserido no espaço físico, que adquire, desta forma, plena significação social.

O jogo tende a ser masculino pela maior circulação no espaço público e aparece muitas vezes como forma de espantar o tédio que ganha sua maior expressão naqueles jovens que não estão inseridos no mundo do trabalho ou em outras instituições sociais.

Ao permitirem uma certa fuga do cotidiano (Elias e Dunning, 1996), atividades recreativas como o jogo na rua propiciam chances de afugentar o fantasma do tédio, mas também de escapar da pressão social quando esta se torna difícil de agüentar. Um exemplo disso nos foi dado por um grupo de rapazes da comunidade que, até recentemente, jogava futebol todas as tardes num campo de aterro num bairro próximo ao Vietnã.

Além dos encontros para a conversa e dos jogos como o bate-bola, os espaços formais de lazer são um terceiro elemento importante para pensarmos o tempo livre de jovens pobres. Espaços como Igrejas, agremiações, ONGs ocupam esse lugar. Uma das principais bandeiras que carregam seria uma resposta a criminalidade que teria como um elemento facilitador o ócio que se espreita nas ruas. Como vimos, os espaços das comunidades possuem várias formas de regulação no qual a rua ocupa um espaço importante. A conversa, o jogo e as trocas dos espaços públicos não são necessariamente ruins nem estão ao jogadas às moscas como se poderiam supor essa justificativa, mesmo assim ela é substrato de muitos discursos que associam perdição ao tédio. O risco desses discursos

é não apenas negar as experiências criativas de jovens como de certa culpabilização das classes mais pobres por suas próprias mazelas sem um olhar mais detido para as diferentes fontes de nossa desigualdade social:

Quando, nessas agências, a desocupação juvenil é colocada como um dos piores entraves para a socialização bem-sucedida dos jovens, corre-se o risco de deslocar a ênfase de aspectos tais como miséria desigualdade social ou outras questões estruturais para a falta de atividades, o que, em última instância, é mais uma expressão da ideologia que responsabiliza os pobres pela situação social em que se encontram. Segundo essa interpretação, o acesso às drogas e a iniciação sexual precoce estariam sendo efetivados sorratamente nessas horas passadas longe dos estudos e do trabalho, à margem do controle dos adultos. Tal percepção encontra-se tão arraigada que não há questionamentos a seu respeito: invariavelmente, quando o assunto é jovem, o tempo livre é visto como fonte de perigo, uma das principais causas que afastam rapazes e moças do “caminho do bem”, arrastando-os pela trilha dos criminosos ou por outras indesejáveis sendas. Por esses motivos, ocupar o tempo livre passa a ser a palavra de ordem das agências infanto-juvenis

O autor não descarta a importância dessas instituições para os jovens dessas comunidades apenas chama a atenção para os riscos de se assumir ao “pé da letra” esses discursos. Nesse sentido, da perspectiva dos próprios jovens esses espaços tem dado oportunidade para experimentarem atividades diferentes, aprenderem novas habilidades, conhecerem pessoas e participarem de outros espaços da cidade além de serem bem aceitos pelos pais.

Nessa mesma linha de estudos sobre a juventude pobre e em sua maioria negra, o artigo *o Rap e o Funk na socialização da juventude*, resultado de pesquisas de Juarez Dayrrel, busca compreender os processos de socialização de adolescentes e jovens através de distintas lógicas que não àquelas apenas do estigma da carência e da violência. Para isso ele lança mão de grupos que buscam no Rap e no Funk, atuando como produtores culturais, uma forma de constituir um mundo próprio à experiência juvenil e, ao mesmo tempo, com uma espaço ativo de criação que rompa com as condições de vida, principalmente do trabalho subordinado. A pesquisa se interessa por jovens e adolescentes que se colocam na cena público como produtores culturais.

Para entender esse interesse pela música, precisamos entender como a dimensão simbólica delimitada pelo mundo da cultura tem sido um espaço privilegiado de práticas nos quais adolescentes e jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Nesse sentido, a centralidade do consumo e da produção cultural, com todas as ambiguidades que possam conformar, tem se constituído como novos espaços de formação. Apesar das possíveis conseqüências negativas do consumismo desenfreado, não significa que os jovens simplesmente reproduzam as demandas vindas da comunicação de massa, mas destas apropriam a partir de sua singularidade, de posição social e de seus interesses. Buscando certa distancia do ambiente familiar, do enquadre da escola e a também da violência e da criminalidade muitos jovens vêm pela via da cultura uma possibilidade de se colocarem como ativos construtores de suas experiências.

Vivemos no Brasil uma situação paradoxal. Nas últimas décadas vem ocorrendo uma modernização cultural, consolidando uma sociedade de consumo, ampliando o mercado de bens materiais e simbólicos, mas que não é acompanhada de uma modernização social. Assim, os jovens pobres inserem-se, mesmo que de forma restrita e desigual, em circuitos de informações, por meio dos diferentes veículos da mídia, e sofrem o apelo da cultura de consumo, estimulando sonhos e fantasias, além dos mais variados modelos e valores de humanidade. A esfera do consumo cultural torna-se um momento importante para as trocas sociais, propiciando o acesso aos estilos, por exemplo. No caso dos jovens pesquisados, foi como consumidores culturais de músicas, CDs, shows de rap e funk que eles puderam se transformar em produtores e, nessa experiência, ressignificar a sua trajetória, criando formas próprias de ser jovem

Os jovens pobres também estão inseridos nesse contexto. A diferença em relação a outras classes radica no fato de que atuam no que o autor chama de limite da precariedade. Atuam a partir de contextos em que o trabalho não aparece como uma escolha desejável, mas como algo impositivo onde se obtém alguma renda. Inclusive o próprio trabalho que para as classes médias pode ser visto como um impeditivo da vivência da cultura juvenil, nas classes pobres tem esse significado subvertido uma vez que os bicos e subempregos disponíveis são exercidos como condição para a vivência de uma cultura juvenil, pois esta precisa em muitos casos ser custeada pelos próprios jovens. Nesse sentido, o rap e o funk além de um espaço de lazer e vivência da criação mais autônoma aparece como recusa as formas de inserção social oferecida.

Se em relação o mundo do trabalho não aparece como minimamente atrativo, na trajetória desses jovens, a escola também aparece como uma contrapartida importante. A trajetória desses jovens é marcada por processos de frágeis de inserção escolar. Esta última não tem conseguido se oferecer como alternativa legítima para muitos jovens. Dentre os jovens estudados por Dayrrel:

(...) são exatamente os menos contemplados pela escola. A maioria deles foi excluída da escola nos mais variados estágios e, grande parte, antes de completar o ensino fundamental, com uma trajetória marcada por repetências, evasões esporádicas e retornos, até a exclusão definitiva.

Dessa forma, as experiências escolares desses jovens, mesmo apresentando situações específicas, deixam claro que a instituição escolar é pouco eficaz no seu aparelhamento para enfrentar as condições adversas de vida com as quais vieram se defrontando, não constituindo referência de valores no seu processo de construção como sujeitos.

Diante das instituições da educação formal e do mundo do trabalho que não oferece meios suficientes para que tenha um sentido mais efetivo na vida dos jovens a família aparece como instituição central de apoio, pois muitas vezes é apenas com a rede de familiares que se pode contar. Esse contar apenas com a família podemos entender como o retrato da inclusão subalterna desses jovens.

Para os jovens da periferia, o rap e o funk no contexto pesquisado permite os jovens se realizarem como produtores culturais e artistas. Além de um espaço de maior autonomia, permitem uma maior circulação pela cidade e intercâmbios com diferentes grupos e instituições. Se por um lado contam com apoio relativo da família por outro são nesses espaços que se distanciam da infância e do espaço doméstico. Essa seria uma das formas de sua inserção do mundo público. A partir dos gostos e escolhas musicais compartilhadas toda uma rede de sociabilidade é formada em contraposição as instituições formais do mundo adulto.

Apesar da abertura a outras experiências e de mostrar a legitimidade das produções culturais da periferia os jovens, demarca-se claramente dois aspectos importantes de serem atentados nessas duas perspectivas apresentadas. Nesta última, de Dayrrel, a denominação juventude se relaciona principalmente às experiências do universo dos rapazes. A participação dos jovens nesses espaços ainda é bem menor que e não conta com a mesma legitimidade. Como vimos o espaço das moças está muito associado ao controle e à vigília do espaço doméstico. Por outro lado, a pesquisa parece em certa medida prescrever um caminho mais desejável, o da produção cultural, frente aos riscos potenciais de um envolvimento com a violência e a criminalidade sem atentar com maior cuidado para a diversidade de experiência que jovens de comunidades pobres possam vir a se interessar. Por outro lado, ao valorizar o universo de experiências desses jovens a autora anterior, Farch parece dar pouca importância a falta de equipamentos públicos dessas comunidades, como se as atividades como a conversa, o jogo e a prestação de serviço de algumas instituições pudessem bastar. Nesse sentido, nossa análise deve se pautar para o aproveitamento da diversidade de experiências e não sua subtração. Precisamos reconhecer a experiência juvenil dos mais pobres com toda sua riqueza e resistência e, ao mesmo tempo, não abandonar a crítica a falta de equipamentos sociais e políticas públicas para a juventude.

Nessa trajetória que fizemos até aqui podemos apontar duas questões. Por um lado identificamos uma série de discursos que associam as experiências juvenis de comunidades pobres, sobretudo à violência. Por outro, autores apresentados destacaram novas formas de se compreender tais experiências através de atividades do tempo livre e principalmente de atividades culturais. No entanto, essa oposição entre violência e cultura talvez indique como esta última também foi se cristalizando como única forma de compreender experiências alternativas à violência. Diante do temor que trajetórias juvenis em risco nos despertam, buscamos valorizar desesperadamente as iniciativas que apontem para outros percursos. De novo, corremos o risco de limitar ainda mais as possibilidades desses jovens. Abandonamos o projeto de pensar diferentes projetos e políticas para jovens pobres para nos agarrarmos naquilo que talvez garanta sua contenção.

Na tentativa de desnaturalizar a maneira pelas quais as atividades culturais têm ocupado um espaço ambíguo, o provocador artigo *Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o Hip Hop* se apresenta. Se produções culturais como o Rap e o Funk se apresentam como criações fecundas principalmente de jovens pobres e negros, por outro lado, não podemos deixar de analisar criticamente discursos que tem colocado o Hip-Hop como a grande saída para esses mesmos jovens. Junto à sua potência contestatória experiências culturais como o rap tem se constituído em diferentes discursos como uma

potência corretiva e regulatória para essa parcela da juventude. O objetivo do artigo é justamente problematizar essa concepção naturalizada que busca se ancorar no conceito de identidade como forma de dar um conforto estabilizador a essas experiências. O conceito de identidade quando associado à vinculação juvenil ao Hip-Hop tem se prestado a fixar um ideal de sujeito centrada na idéia de estabilidade e contenção. O social nesta lógica seria uma espécie de local onde se constrói uma identidade, podendo essa ser boa ou ruim. O Hip-Hop atuaria como um facilitador de uma identidade positiva. Todas as figuras de resgate associada a ele atuaria como um laço social menos transgressor.

Se, por um lado, o teor de contestação das letras dos raps, o engajamento que provoca junto aos jovens e a tomada de atitude frente às desigualdades sociais relacionados ao Hip Hop fizeram-nos supor estratégias de resistência, por outro, tais singularidades foram sendo absorvidas pelos discursos corriqueiros da "boa sociabilidade", do bem integrar-se à sociedade, ou seja, de forma "cidadã", através do mecanismo da identificação. Por isso, em que pese certa potência de desestabilização dos discursos recorrentes sobre negritude e pobreza a qual o Hip Hop parece evidenciar, observamos também a existência de um mecanismo "homeostático" que já cria um novo modo de tornar esta potência operativa para que os modos de sociabilização e de subjetivação hegemônicos continuem como estão. E o mecanismo que tem sido utilizado para realizar esta adequação pressupõe uma lógica identitária.

Para compreender o temor que se estabelece a jovens pobres e negros a autora faz uma panorama da relação entre urbanização e a constituição do imaginário das classes consideradas perigosas e que, por isso, devem ser contidas. O imaginário dos jovens em risco, potencialmente submetidos e perpetuadores da violência, se ancora em parte a experiências reais, mas em outras em preconceitos sociais que classificam de antemão a experiência dos jovens. Como sabemos uma parte bastante pequena da juventude pobre está de fato envolvida com atividades ilícitas, mesmo assim o imaginário que circula e que justifica demandas como a da redução da maioria penal se alimenta dessas classificações. Nesse sentido, a grande ênfase em experiências culturais tem servido como um elemento tranquilizador para as classes que estão fora das áreas consideradas perigosas do que um pensamento verdadeiramente preocupado com a criação de alternativas diversas aos jovens pobres e negros, que incluem o Hip-Hop, o Funk, o Tambor, mas também trabalhos atrativos, uma educação que os atenda, bem como de alternativas que nem mesmo podemos compreender tão preocupado que estamos na sua contenção.

Diante dessa construção da juventude pobre como de saída, potencialmente violenta, os autores Silva e Silva tentam demonstrar como historicamente na formação das grandes cidades ia se construídos aqueles sujeitos que deveriam ser objeto de preocupação, portanto, de regulação. No interior do projeto de urbanização o sentimento de medo sempre foi mobilizado politicamente ao criar as figuras dos desviantes para demarcar as hierarquias que atravessam os diferentes espaços da cidade. Os pobres urbanos tem sido o objeto desse temor uma vez que são identificados como portadores de uma violência potencial. Esse medo vai gerando no imaginário social a idéia de classes perigosas. Elas

são identificadas pelo excedente de trabalhadores desempregados. Ao não serem disciplinados pelo trabalho poderia se insurgir contra a ordem existente.

É importante nos atentarmos conforme o argumento dos autores esse temor não tem relação direta com a violência real. Na verdade, desta última se aproveita para justificar as políticas que tem como principal efeito o controle das populações mais pobres no espaço da cidade

Ao chamar a atenção para o fato de que as classes perigosas dizem menos respeito a uma propensão violenta dos pobres, mas ao fato de que as mesmas não seriam disciplinadas pelo trabalho, e até mesmo, de uma determinada reação à visibilidade que a pobreza adquiriu na sociedade recém industrializada, estamos dizendo que o sentimento generalizado de insegurança que vivemos hoje também tem raízes numa concepção de desvio forjada desde uma tentativa de manter uma dominação diante de uma parcela da população que começava a comportar-se com mais autonomia.

Assim, observa-se no contexto de uma sociedade em que há uma crescente diminuição dos postos de trabalho - ou o que tem se chamado de crise das oportunidades -, uma nova retomada da noção de categorias desviantes ou de classes perigosas, só que, desta vez, encobertas por termos como "situação de risco" ou "situação de vulnerabilidade social". Na verdade, estamos experienciando, mais uma vez, a produção da juventude e da pobreza como problema social.

Mas o que seria um paradigma preventivo? Podemos entendê-lo como um conjunto de dispositivos que vão se constituir em torno do sentimento de insegurança urbana. É esse sentimento que, independente de situações reais ou não de violência, constrói situações de risco a partir do julgamento das vulnerabilidades sociais que podem vir a perpetuar tais violências. Essas situações seriam criadas menos por violências de fato, do que os próprios procedimentos que diante da ideologia do medo nos fariam sentir seguros. Nessa trilha, o Hip-Hop ao ser tão celebrado como saída para juventude seria mais um desses dispositivos de regulação da experiência juvenil em face de produção do medo que é gerado em função daquelas classes construídas como perigosas.

Nesse sentido, não estaria em questão a promoção de toda a gama de potenciais de nossa juventude pobre, mas interessa apenas aquelas experiências que nos dão uma sensação de segurança diante do perigo dessas classes. Dito de outra forma, não precisamos pensar em toda a gama de políticas e iniciativas que permitissem aos jovens de periferia fazer escolhas diversas na vida, a preocupação é valorizar qualquer experiência que permita minar esse potencial perigoso diante do nosso medo. Não é o que poderiam desenvolver esses jovens, mas o que nos deixa mais seguros. Nesse sentido essas classes perigosas apontam o pânico moral da sociedade em torno dos subúrbios e de seu potencial ameaçador

Nesse sentido, podemos ver ao longo desta aula uma gama de experiências e formas de sociabilidade que apontam para a multiplicidade e experiência que os jovens se envolvem. O mais importante é entendermos que mesmo aqueles jovens que por algum

motivo cometeram atos relacionados à criminalidade ou à violência também carregam múltiplas identidades e experiências. A preocupação apenas na sua identidade delinqüente, produzida em parte pelo próprio aparato institucional, pode reforçar para os próprios adolescentes que essa é a única definição de sua experiência. Nesse sentido, a Sócioeducação precisa apontar novas possibilidades mas também acolher e potencializar experiências que essas adolescentes e jovens carregam que apontam para uma vivência interessada numa rede pulsante.

Bibliografia

Altoé, S. (1990). Internato de menores: educar para (de)formar? *Fórum Educacional (Rio de Janeiro)*, 14, 50-76.

Altoé, S. (1993). Do internato à prisão: quem são os presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente? In: Rizzini, I. (Ed.), *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio* (pp.213-223). Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.

BENELLI, SJ. Goffman e as instituições totais em análise. In: *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 23-62. ISBN 978-85-68334-44-7.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)

Castro, L. R. (1998a). A cidade, a criança e o jovem: Des-mapeamento cognitivo ou desarticulação social? Em L. R. Castro (Org.), *Infância e adolescência na cultura do consumo* (pp. 141-160). Rio de Janeiro: Nau.

CECHETTO et al. (2013) "Os jovens das favelas e a pacificação dos territórios no rio de janeiro: estilos e estratégias de convivência com a violência criminal e policial" *Acta Científica XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013*. CORRÊA, S. J. As representações de jovens moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora UPP. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública- Fiocruz. Rio de Janeiro, 2013.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educ. Pesqui.* [online]. 2002, vol.28, n.1 [cited 2017-11-27], pp.117-136. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009&Ing=en&nrm=iso>. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000100009>.

Dell'Aglio, D.D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

ELIAS, N. e DUNNING, E. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. 2ª edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 352 p.

Franch, M. (2002). Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(2), 117-132.

Pol, E. (1996). La apropiación del espacio. Em L. Íñiguez & E. Pol (Orgs.), *Cognición, representación y apropiación del espacio* (Colección Monografías Psico-Socio-Ambientales, Vol. 9, pp. 45-62). Barcelona: Publicacions de la Unmiversitat de Barcelona.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz . Juventude: entre a indisciplina e a zoação. In: 33ª Reunião da ANPEd, 2010, Caxambu. Educação no Brasil: o balanço de uma década. São Paulo: ANPEd, 2010.

PAIS, J.M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Santana, J.P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Samuelsson, M., Thernlund, G. & Ringström, J. (1996). Using the five map to describe the social network of children: a methodological study. *International Journal Behavioral Development*, 19, 327-345.